



V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens
Investigadores em Educação

Livro de Atas



Ficha Técnica

Título: Livro de Atas do V ENJIE: Investigação em Educação e Responsabilidade Social - vozes dos jovens investigadores

Organizadoras: Maria Helena Araújo e Sá & Lina Morgado

Design e paginação: Joana Pereira

Editora:

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia

1ª edição - fevereiro 2022

ISBN: 978-972-789-731-5

DOI: <https://doi.org/10.48528/tr7a-j538>

Os textos desta publicação são decorrentes dos resumos apresentados pelos autores durante V Encontro de Jovens Investigadores em Educação, publicados no Livro de Resumos disponível em https://enjie.pt/2021/wp-content/uploads/2021/04/V-ENJIE_Layout-livro-resumos_VF_compressed.pdf, e foram revistos e aprovados por pares. As versões finais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00194/2020 e UIDP/00194/2020, UIDB/04372/2020 e UIDP/04372/2020

CARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DO ENVOLVIMENTO FÍSICO DOS JARDINS DE INFÂNCIA DE BRAGANÇA EM TEMPO DE COVID-19

Mariana Moreira

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa
marianamoreira156@gmail.com

Catarina Vasques

Centro de Investigação em Educação Básica (CIEB), Instituto Politécnico de Bragança
catarinav@ipb.pt

Pedro Magalhães

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança
pmaga@ipb.pt

Rita Cordovil

CIPER, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa
cordovil.rita@gmail.com

Guida Veiga

Departamento de Desporto e Saúde, Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano, Universidade de Évora
Comprehensive Health Research Centre (CHRC), Universidade de Évora
guidaveig@gmail.com

Frederico Lopes

Laboratório de Comportamento Motor, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa
fredericolopes@fmh.ulisboa.pt

Resumo

Caracterizar a qualidade do envolvimento físico do Jardim de Infância (JI) é compreender como é que o seu espaço físico envolve a criança e apoia o seu desenvolvimento (Moreira et al., 2020). Bons indicadores de qualidade de envolvimento físico do JI influenciam positivamente o desenvolvimento infantil (Berti et al., 2019). Com a pandemia COVID-19 e mediante as medidas de contingência determinadas pela Direção Geral de Saúde, os JI foram obrigados a reorganizar o seu espaço físico. Este estudo pretendeu caracterizar a qualidade do envolvimento físico de 9 JI de Bragança (5 públicos, 4 privados) em janeiro de 2021, integrados no programa PéAtivo. Cada JI, após o consentimento da sua Direção, foi visitado e caracterizado por um investigador. Este aplicou a Escala de Avaliação dos Envolvimentos Físicos das Crianças (Moreira et al. 2020) que classifica a qualidade do envolvimento físico entre má (0,00-1,00), razoável (1,01-2,00), boa (2,01-3,00) e excelente (3,01-4,00). Todos os JI apresentaram uma qualidade razoável (M=1,53; min.=1,53; max.=1,98; DP=0,26), sem diferenças significativas entre públicos e privados (U=0,400; p=0,175). As subescalas Localização e Terreno (M=2,53; DP=0,63) e Dimensão do Estabelecimento e Módulos (M=2,61; DP=1,40) registaram pontuações superiores, reveladoras de uma localização adequada do JI e de uma boa proporção entre a área disponível para atividade e o número de crianças acolhidas. Os valores mais baixos registados nas subescalas Espaço em plano aberto modificável (M=0,45; DP=0,18); Áreas para atividades desarrumadas e sujas (M=0,72; DP= 0,27) e Espaço exterior: Necessidades de desenvolvimento (M=0,94; DP=0,89), evidenciaram a baixa ligação entre interior e exterior, pouca definição entre áreas de atividade, pouca disponibilidade de materiais naturais no interior e pouca variedade de áreas para brincar no exterior. Assim, apesar das restrições impostas devido à pandemia terem afetado a normal distribuição de espaços e equipamentos, estes JI adaptaram-se adequadamente, evidenciando indicadores razoáveis às necessidades de desenvolvimento das crianças. Contudo, os aspetos do envolvimento físico que foram identificados como mais frágeis, deverão ser reformulados em parceria com as crianças, pais, diretores e autarquia. Dessa forma, poderão contribuir para melhorar a qualidade do envolvimento físico e garantir oportunidades para um brincar desafiante, promotor do bem-estar e desenvolvimento saudável da criança.

Palavras-chave: jardim de infância; envolvimento físico; qualidade; COVID-19.

Introdução

O espaço físico do Jardim de Infância (JI) é considerado uma dimensão da qualidade do ambiente educativo (Pascal & Bertram,

2009), com forte impacto na aprendizagem e desenvolvimento da criança (Bronfenbrenner, 1995; Piaget, 2013). Assim, para conseguir envolver a criança numa descoberta prazerosa e significativa pelo que a rodeia, é essencial que o espaço físico corresponda às suas necessidades e interesses (Gibson, 1979; Kytäa, 2004). Compreender como o espaço físico envolve e apoia a criança no seu desenvolvimento, é caracterizar a qualidade do envolvimento físico do JI (Moreira et al., 2020).

Devido à pandemia COVID-19 e ao decorrente Estado de Emergência decretado em Portugal a 18 de março de 2020, os JI fecharam portas, tendo reaberto apenas em maio do mesmo ano com medidas de contingência determinadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), as quais consistiram num sério desafio em termos de reorganização do seu espaço físico (Moreira et al., 2021). As recomendações e condições específicas relativas a este aspeto em particular, centraram-se sobretudo em diminuir o número de crianças no espaço interior e exterior, aumentar a distância entre as mesmas e repensar os materiais disponibilizados na sala, priorizando os de fácil desinfeção e essenciais à atividade pedagógica. O Governo salientou que estas recomendações deveriam ser aplicadas de acordo com a realidade de cada JI, sem nunca perder de vista a importância de garantir o bem-estar da criança (República Portuguesa, XXII Governo, 2020).

Este estudo pretendeu caracterizar o envolvimento físico de nove JI de Bragança, durante o período com restrições impostas devido à pandemia da COVID-19, e analisar se perante as diretrizes da DGS, esse envolvimento físico apresentava recursos pedagógicos facilitadores do desenvolvimento harmonioso e bem-estar da criança.

Contextualização teórica

Investigações nacionais e internacionais fundamentam que o espaço físico influencia a aprendizagem e o desenvolvimento global da criança (Aguilar et al. 2002; Bairrão, 1998; Berti et al., 2019; G. T. Moore, 2012). O JI deve, por isso, oferecer múltiplas oportunidades para brincar e aprender no interior e exterior, que promovam vastas experiências de exploração e de interação social (Lopes et al., 2020; Lopes da Silva et al., 2016; Sandseter, Cordovil, et al., 2020).

É também importante que o edifício do JI esteja situado numa zona segura, longe de elementos nocivos ou tóxicos e no seio da comunidade. Dessa forma irá promover uma aprendizagem próxima do quotidiano de vida da criança, preparando-a para a vida adulta (Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto; G.T. Moore, 2012). O aspeto exterior do JI deve assemelhar-se a uma casa térrea, com telhados inclinados, construção com materiais como a madeira, tijolo e pedra, e ter janelas grandes que permitam uma ligação visual e espacial entre o interior e o exterior. Os espaços e equipamentos para atividades no interior deverão ser adequados à estatura da criança, aconchegantes, com cores quentes e integrar elementos como almofadas, tapetes e cortinas. Dessa forma, poderão influenciar positivamente o bem-estar e a disponibilidade da criança para interagir e aprender com o espaço (G.T. Moore 2012; Lopes da Silva et al., 2016). Estudos recentes alertam também para a importância de existir uma adequada proporcionalidade entre as dimensões do edifício do JI, as áreas de atividades (interior e exterior), e o número de crianças que acolhe. Caso contrário, a participação social tenderá a diminuir e o isolamento, agitação e agressividade entre pares a aumentar (Bento, 2020; Berti et al., 2019). De igual modo, todos os espaços do JI devem ser seguros, mas também desafiantes, disponibilizando uma variedade de superfícies e materiais adequados à idade das crianças, que estimulem e facilitem o brincar ativo e arriscado (Bento, 2020; G. T. Moore, 2012). É também importante existirem espaços de circulação entre áreas de atividade (no interior e exterior), que promovam a autonomia e independência de mobilidade das crianças, mas que não perturbem a realização das atividades desse contexto. Se os espaços de circulação estiverem devidamente identificados, estes podem também contribuir para uma favorável interação entre as crianças, e entre estas e os materiais (Bento, 2020; G. T. Moore, 2012). Para além disso, tanto no interior, como no exterior, é importante garantir um bom equilíbrio entre as áreas mais abertas e expansivas, e outras mais acolhedoras que permitam uma maior privacidade e intimidade, quando procurada pelas crianças (Bento, 2020; G.T. Moore, 2012; Lopes da Silva et al., 2016). Dessa forma, contribuirão para promover maior atenção e envolvimento no jogo, cooperação e emoções mais positivas (Berti et al., 2019).

No que diz respeito a indicadores mais específicos do espaço interior, Ata et al. (2012) alertam para o facto de salas barulhentas

afetarem as capacidades de pré-leitura das crianças em educação pré-escolar; e de uma boa iluminação contribuir para uma maior atenção e disponibilidade para aprender. Dias (2017), no seu trabalho sobre espaços e materiais em JI, refere também que todas as salas devem apresentar áreas de atividade diferenciadas, com materiais próprios e adequados, tendo em vista a promoção de aprendizagens significativas.

Relativamente a indicadores de qualidade mais específicos para o espaço de atividade no exterior, este deve ser contíguo ao espaço interior, para assegurar um ambiente educativo unificado. Deve ainda ter sombras, zonas abrigadas do vento e sistemas de drenagem, de forma a garantir condições físicas que ofereçam proteção em situações atmosféricas adversas (Bento, 2020). G. T. Moore (2012) acrescenta que o exterior deve ser percecionado pelas crianças como familiar, tranquilo e acolhedor, com características naturais e intimistas, disponibilizando, por exemplo, um pequeno quintal. Assim, irá contribuir para aumentar os níveis de envolvimento na brincadeira (Ferreira, 2015). Os elementos naturais no exterior, pelo seu caráter imprevisível, aumentam a perceção de risco e impelem a criança a resolver problemas, a desenvolver a sua imaginação, criatividade, autoestima e autoconfiança (Brussoni et al., 2015; Bento, 2020). Para além disso, a sua exploração no exterior parece contribuir para aumentar os níveis de atividade física da criança (Bento, 2020; Mättä et al., 2019) e ter um impacto positivo na sua saúde mental, bem-estar e qualidade de vida (Bento 2020; Brussoni et al., 2017).

As evidências científicas existentes nesta área têm vindo a justificar a realização de vários estudos de investigação-ação em Portugal que pretendem promover a qualidade do espaço educativo e apoiar a construção de situações educativas potenciadoras do desenvolvimento infantil (Aguiar et al., 2002; Bento, 2020; Bento & Portugal, 2016).

Em tempos pandémicos como o que atravessamos, torna-se ainda mais importante dar continuidade a estas investigações pioneiras e apurar este “olhar crítico e reflexivo” conhecendo não só a qualidade do espaço físico do JI, mas também como este envolve e apoia a criança no seu desenvolvimento, i.e., caracterizar a qualidade do envolvimento físico do JI (Moreira et al., 2020).

Em Portugal, têm vindo a ser realizados alguns estudos com o objetivo de analisar o impacto desta nova realidade no JI (Cordovil et al., 2021; Moreira et al., 2021). Contudo, este é o primeiro estudo que pretende caracterizar a qualidade do envolvimento físico dos JI

durante o período com restrições impostas devido à pandemia da COVID-19 na cidade de Bragança.

Metodologia

Nove JI da cidade de Bragança (5 públicos, 4 privados) foram selecionados para participar neste estudo, por estarem integrados no programa *PéAtivo*, um programa de promoção da mobilidade, atividade física, saúde e bem-estar em crianças da educação pré-escolar, promovido pelo Centro de Investigação em Educação Básica (CIEB), do Instituto Politécnico de Bragança. Participaram JI com edifícios pequenos, de carácter mais familiar, e colégios e centros escolares com edificações maiores, de aspeto mais institucional. Em todas os JI observou-se, em média, um rácio de 1 educador para 25 crianças por sala. A Direção de cada JI foi contactada e devidamente informada sobre o âmbito e condições éticas da sua participação no estudo. Após o consentimento da Direção, cada estabelecimento foi caracterizado com recurso à *Escala de Avaliação dos Envolvimentos Físicos das Crianças* (Moreira et al., 2020). Esta é uma escala traduzida e adaptada para a Língua Portuguesa da escala original americana *Children's Physical Environment Rating Scale (CPERS5)* (G.T. Moore, 2012), que classifica a qualidade do envolvimento físico do JI. Assim, analisa se as características do espaço físico interior ou exterior vão ou não ao encontro dos indicadores de qualidade que promovem um desenvolvimento propício da criança na primeira infância. A escala original apresenta elevada fiabilidade inter-avaliador ($r=0.84$) e teste-reteste ($r=0.91$), boa consistência interna na generalidade das subescalas ($\alpha>0.7$) e boa validade de construto e de conteúdo. Divide-se em 124 itens, subdivididos em 14 subescalas (sub.), organizadas em 4 partes fundamentais:

- Parte A (*Planeamento*) avalia a proporção entre a dimensão do edifício e a quantidade de espaço de atividade disponível no interior, em relação ao número de crianças atendidas (sub. 1).
- Parte B (*Edifício como um Todo*) caracteriza as qualidades estéticas e de escala (sub. 2); de circulação (sub. 3); das instalações partilhadas entre adultos, e entre adultos e crianças (sub. 4); das características do ambiente interior (sub. 5), como a temperatura, luminosidade, ventilação, proteção acústica; e de segurança e proteção (sub. 6).

- Parte C (*Espaços Interiores para Crianças*) analisa a forma como o espaço de atividade interior está organizado (*sub. 7*); as características das zonas interiores para cuidados de higiene, alimentação, sono (*sub. 8*); para as atividades tranquilas (*sub. 9*); para atividade física (*sub. 10*); e para atividades desarrumadas e sujas (*sub. 11*).
- A Parte D (*Áreas exteriores*) verifica as necessidades funcionais (*sub. 12*) e de desenvolvimento dos espaços exteriores (*sub. 13*), e ainda aspetos sobre as características do terreno, do edifício, e a sua localização relativamente à comunidade (*sub. 14*)¹.

Esta é uma escala de observação direta, preenchida durante uma visita de um avaliador externo com uma duração média entre 60 e 120 minutos. Na maioria dos itens, a avaliação é realizada através de uma escala que varia de 0 (Não cumpre), a 4 (Cumprimento com excelência). O mesmo acontece com a pontuação final de cada subescala, correspondente ao somatório dos itens que nela estiverem incluídos. A classificação final obtida em cada estabelecimento corresponde à soma das pontuações de cada subescala, e varia entre 0.00-1.00=má; 1.01-2.00=razoável; 2.01-3.00=bom e 3.01-4.00=excelente. O autor da escala (G.T. Moore, 2012) considera que estas pontuações são muito úteis para identificar as áreas a melhorar, mas alerta para o seu caráter relativo e diagnóstico.

Estes foram os procedimentos adotados neste estudo, contudo há que referir que, atendendo às limitações dos JI em receber elementos externos devido às restrições decorrentes da COVID-19, o tempo de visita do avaliador externo (membro desta equipa de investigação) foi, em geral, menor do que o previsto nos procedimentos de aplicação da escala, tendo variado entre 45 e 50 minutos.

Resultados

Como se pode verificar na **Figura 1**, todos os JI avaliados registaram uma qualidade de envolvimento físico razoável (valores entre 1.00 e 2.00). Não foram registadas diferenças significativas entre os contextos público e privado.

¹ Para mais informações sobre os itens da escala, ver G.T.Moore, 2012.

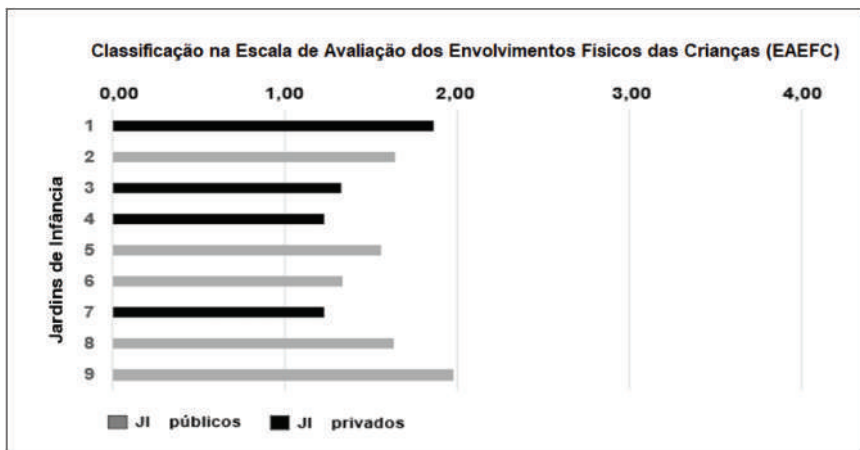


Figura 1 - Classificação geral média dos nove Jardins de Infância, da aplicação da EAEFC

Na **Tabela 1** apresentam-se os valores médios obtidos em cada uma das catorze subescalas das Escala de Avaliação dos Envolvimentos Físicos das Crianças (EAEFC), considerando a totalidade dos 9 JI avaliados.

Tabela 1 - Média da classificação obtida pelos nove Jardins de Infância nas catorze subescalas da EAEFC

Subescalas	Média±Desvio Padrão
1.Dimensão do Estabelecimento e Módulos	2,61±1,40
2.Estética e Escala	1,96± 0,78
3.Circulação	1,69±0,35
4.Núcleo comum de instalações partilhadas	1,34±0,44
5.Qualidade do Espaço Interior	2,20±0,36
6.Segurança e Proteção	1,11±0,52
7.Espaço em plano aberto modificável	0,45±0,18
8.Espaços para cuidados	1,73±0,46
9.Áreas para atividades tranquilas	1,10±0,22
10.Áreas para atividade física	1,53±0,47
11.Áreas para atividades desarrumadas e sujas	0,72±0,27
12.Espaço exterior de jogo: Necessidades funcionais	1,57±0,49
13.Espaço exterior: Necessidades de desenvolvimento	0,94±0,89
14.Localização e Terreno	2,53 ±0,63

Como é possível verificar na **Tabela 1**, os JI avaliados apresentaram, em média, uma boa qualidade nas *subescalas 1 (Dimensão*

do Estabelecimento e Módulos), 5 (Qualidade do Espaço Interior) e 14 (Localização e Terreno). Na sua maioria, evidenciaram como pontos fortes adequada proporção entre a quantidade de área disponível para atividade no interior e exterior em relação ao número de crianças acolhidas; espaço interior confortável, com temperatura adequada, boa iluminação, uma localização próxima da comunidade, situada num terreno com bons atributos naturais, numa zona segura e tranquila, e longe de elementos nocivos ou tóxicos. Por outro lado, os JI avaliados apresentaram, em média, uma qualidade má nas subescalas 7 (*Espaço em plano aberto modificável*), 11 (*Áreas para atividades desarrumadas e sujas*) e 13 (*Espaço exterior: Necessidades de desenvolvimento*). Esta classificação está relacionada com a pouca definição e proteção visual e acústica entre múltiplas áreas de atividades no interior, e a sua baixa ligação com o espaço exterior; a reduzida oferta de áreas para brincar com materiais soltos naturais, como a água ou areia; e a pouca definição e variedade de áreas para brincar no exterior, sobretudo as que promovem espaço para o jogo simbólico ou a exploração de materiais naturais (terra, relva e areia). É ainda de notar que a pouca variedade de superfícies para explorar diferentes atividades motoras e a ausência de materiais soltos para exploração livre, também influenciaram esta classificação.

Realça-se que, na maioria dos JI, muitas áreas e materiais de jogo no exterior estavam interditos (e.g. escorregas, baloiços), segundo os diretores das instituições, para assegurar a mitigação do risco de contágio do vírus. Embora a subescala 12 (*Espaço exterior de jogo: Necessidades funcionais*) tenha apresentado uma qualidade razoável, é de notar que na maioria dos JI, o espaço exterior apresentou-se pouco funcional, estando insuficientemente preparado para receber as crianças em diferentes condições meteorológicas.

Discussão

Num período de restrições impostas pelo Governo de Portugal decorrentes da pandemia da COVID-19 e das orientações da DGS, todos os JI avaliados apresentaram níveis de qualidade do envolvimento físico razoáveis. Como pontos fortes destacaram-se as dimensões do espaço adequadas ao número de crianças, as características acolhedoras, confortáveis e não caóticas do espaço interior, os atributos naturais do terreno, a localização segura do

edifício e a sua proximidade com a comunidade. Como fragilidades, evidenciaram-se a pouca definição e organização das áreas para atividades no interior e exterior e a pouca variedade e desafio apresentado pelas superfícies e materiais dessas áreas, especialmente no espaço exterior. Segundo a literatura, estas fragilidades podem ter impacto negativo no grau de atenção e envolvimento das crianças em brincadeira livre, bem como no seu bem-estar emocional, psicológico e interação social (Berti et al., 2019; Dias, 2017; Ferreira, 2015; G.T. Moore et al., 2012).

Este tipo de constrangimento ao nível dos recursos disponíveis para brincar, impede o surgimento de múltiplas possibilidades lúdicas de ação, transformação e de modificação, com características multidimensionais (funcionais, sociais, emocionais e simbólicas), geradas entre a criança e o envolvimento (Lopes, 2021). A ausência de propriedades convidativas no envolvimento que caracteriza os cenários de exploração e de jogo das crianças (Lopes et al., 2020), torna-as mais sedentárias em termos motores, sociais, cognitivos e simbólicos, restringindo os seus campos de exploração livre e a sua mobilidade (Lopes, 2021; Lopes et al., 2020; Määttä et al., 2019). Esta questão pode ser crítica, pois após um longo período de confinamento, estes aspetos apresentaram forte carência nas crianças mais novas (S. A. Moore et al., 2020; Pombo et al., 2020).

Para além das fragilidades referidas, não ter um espaço exterior com condições físicas que permitam a sua utilização durante todo o ano, poderá significar um condicionamento de acesso a todos os benefícios defendidos pelos especialistas, que já foram acima referidos.

Considera-se, por isso, que as fragilidades enunciadas quer no espaço interior, quer no exterior, necessitam ser repensadas e reformuladas enquanto parte fundamental do projeto pedagógico com as crianças, educadores, pais, autarquia e demais entidades de gestão dos JI, seguindo uma abordagem democrática e ecológica na Educação (Pascal & Bertram, 2009). Promover a qualidade nestes contextos deverá também passar por investir na formação de pais/ encarregados de educação e agentes educativos sobre esta temática, e criar condições de financiamento estáveis (Aguiar et al., 2002).

Apesar de se considerar este estudo pertinente para a comunidade educativa e científica, reconhecem-se algumas limitações que podem ter influenciado os resultados obtidos, entre elas o facto de as visitas aos JI terem sido realizadas em tempo de COVID-19, o que fez com que estas não pudessem ser concretizadas com a

duração considerada ideal, tal como foi referido nos procedimentos. Para além disso, o facto de ainda não existirem valores normativos para a População Portuguesa pode ter influenciado as cotações obtidas. Assim, indo ao encontro do sugerido pelo autor da escala original (G.T. Moore, 2012), é importante enquadrar estes resultados e interpretá-los de acordo com a realidade observada e as limitações identificadas.

Para terminar, sugere-se a realização de futuros estudos que analisem o real impacto que as fragilidades do envolvimento físico destes JI estão a ter no desenvolvimento, aprendizagem e bem-estar das crianças. Acredita-se que desta forma se poderá caminhar no sentido de uma harmonização lúdica entre os espaços interiores e exteriores, fundamental para continuar a assegurar às crianças oportunidades diversificadas e desafiantes, promotoras de bem-estar e de um desenvolvimento saudável, sobretudo em períodos de crise.

Conclusão

Mesmo perante as medidas de contingência impostas pela DGS, os JI mostraram estar a responder razoavelmente aos indicadores de qualidade da *Escala de Avaliação dos Envolvimentos Físicos das Crianças*. Aspetos mais frágeis como a definição de áreas, tipo de materiais disponíveis e articulação entre espaço interior e exterior deverão de ser reformulados, para garantir que o JI seja um espaço promotor do bem-estar e desenvolvimento harmonioso da criança, nomeadamente durante o tempo de pandemia por COVID-19.

Referências

- Ata, S., Deniz, A., & Akman, B. (2012). The Physical Environment Factors in Preschools in Terms of Environmental Psychology: A Review. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 46, 2034–2039. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.05.424>
- Aguiar, C., Bairrão, J., & Barros, S. (2002). Contributos para o estudo da qualidade em contexto de creche na área metropolitana do Porto. *Revista Infância e Educação*, 5, 7-28.
- Bairrão, J. (1998). O que é a qualidade em Portugal. In Ministério da Educação (Ed.) *Qualidade e projecto na educação pré-escolar*. Lisboa:Departamento de Educação Básica/Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar no ministério da Educação.

- Bento, G. (2020). *Grelha de Observação de Espaços Exteriores em Educação de Infância: GO–Exterior* (1ª edição). Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/29220>
- Bento, G., & Portugal, G. (2016). Valorizando o espaço exterior e inovando práticas pedagógicas em educação de infância. *Revista Iberoamericana de Educación*, 72, 85–104. <https://doi.org/10.35362/rie72037>
- Berti, S., Cigala, A., & Sharma, N. (2019). Early Childhood Education and Care Physical Environment and Child Development : State of the art and Reflections on Future Orientations and Methodologies. *Educational Psychology Review*. 31, 991–1021. <https://doi.org/10.1007/s10648-019-09486-0>
- Bronfenbrenner, U. (1995). The bioecological model from a life course perspective: Reflections of a participant observer. In P. Moen, G. H. Elder & K. Lüscher (Eds.), *Examining lives in context: Perspectives on the ecology of human development* (pp. 599–618). Washington, DC: American Psychological Association.
- Brussoni, M., Gibbons, R., Gray, C., Ishikawa, T., Sandseter, E. B. H., Bienenstock, A., Chabot, G., Fuselli, P., Herrington, S., Janssen, I., Pickett, W., Power, M., Stanger, N., Sampson, M., & Tremblay, M. S. (2015). What is the relationship between risky outdoor play and health in children? A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 12 (6), 6423–6454. <https://doi.org/10.3390/ijerph120606423>
- Brussoni, M., Ishikawa, T., Brunelle, S., & Herrington, S. (2017). Landscapes for play: Effects of an intervention to promote nature-based risky play in early childhood centres. *Journal of Environmental Psychology*, 54, 139–150. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.11.001>
- Cordovil, R., Ribeiro, L., Moreira, M., Pombo, A., Rodrigues, L. P., Luz, C., Veiga, G., & Lopes, F. (2021). Effects of the covid-19 pandemic on preschool children and preschools in Portugal. *Journal of Physical Education and Sport*, 21(1), 492–499. <https://doi.org/10.7752/jpes.2021.s1052>
- Dias, M. (2017). *Espaços e Materiais em Creche e Jardim de Infância* [Unpublished master's thesis]. Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação.
- República Portuguesa, XXII Governo (2020, 05 22). *Orientações para a Reabertura da educação pré-escolar*. República Portuguesa, XXII Governo. <https://www.portugal.gov.pt/downloadficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%-3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACztDSyAADHWq9CBAAAA%3d%3d>
- Despacho Conjunto n.º 268/97, 25 de agosto, do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança social. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/dc268_97.pdf
- Ferreira, A. M. F. (2015). *Interação criança-espaço exterior em Jardim de Infância* [Unpublished doctoral dissertation]. Universidade de Aveiro
- Gibson, J. J. (1979). *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin.

- Kyttä, M. (2004). The extent of children's independent mobility and the number of actualized affordances as criteria for child-friendly environments. *Journal of Environmental Psychology*, 24(2), 179–198. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(03\)00073-2](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00073-2)
- Lopes, F. (2021). A criança e o espaço rumo a uma cidade amiga do brincar livre. In B. P. Gimenes & R. Perrone (Eds.), *Ludicidade, educação e neurociências da retrospectiva de infância a projetos interventivos-Coleção Brincar e Educação*, 1, 194–231. São Paulo: Gênio Criador.
- Lopes, F., Madeira, R., & Neto, C. (2020). O Direito das Crianças à Cidade apropriada como lugar de Liberdade e de (inter)Ação. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*. Número Temático - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais, pp. 31-52. <https://doi.org/https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2020a2>
- Lopes da Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ministério Da Educação/ Direção-Geral Da Educação (DGE). <http://www.dge.mec.pt/ocepe/index.php/node/71>
- Moreira, M., Cordovil, R., Veiga, G. & Lopes, F. (2021). Mudam-se os tempos, mudam-se os jardins de infância. O impacto da pandemia COVID-19 na qualidade do envolvimento físico e práticas do jardim de infância e a sua influência no comportamento. In A. M. Azevedo, A.I. Santos, C. Mesquita, J. Freitas-Luís, L. Marques, L. Ribeiro, M. C. Góis, M. C. Velez, M. F. Godinho, M. H. Horta, S. Alberto (Eds.). *Cadernos de Educação de Infância* (pp. 15–20). Associação de Profissionais de Educação de Infância.
- Moreira, M., Cordovil, R., Veiga, G. & Lopes, F. (2020). Children's Physical Environment Rating Scale (CPERS5): Processo de Tradução e Adaptação para avaliação do envolvimento físico do jardim de infância em Portugal. In R. Mendes, M. J. C. Silva & E. Sá, (Eds.). *Estudos em Desenvolvimento Motor da Criança* 13, (pp. 41-43). Coimbra: CIDAF & FCT.
- Määttä, S., Gubbels, J., Ray, C., Koivusilta, L., Nislin, M., Sajaniemi, N., Erkkola, M., & Roos, E. (2019). Children's physical activity and the preschool physical environment: The moderating role of gender. *Early Childhood Research Quarterly*, 47(2), 39–48. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2018.10.008>
- Moore, G. T. (2012). *The Children's Physical Environments Rating Scale (CPERS5)*. University of Sidney. <https://doi.org/10.3109/10903120903349747>
- Moore, S. A., Faulkner, G., Rhodes, R. E., Brussoni, M., Chulak-Bozzer, T., Ferguson, L. J., Mitra, R., O'Reilly, N., Spence, J. C., Vanderloo, L. M., & Tremblay, M. S. (2020). Impact of the COVID-19 virus outbreak on movement and play behaviours of Canadian children and youth: A national survey. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 17(1), 1–11. <https://doi.org/10.1186/s12966-020-00987-8>
- Pascal, C., & Bertram, T. (2009). *Manual DQP - Desenvolvendo Qualidade em Parceria* Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

- Piaget, J. (2013). *The Construction of Reality in the Child*. (1st ed.). Routledge.
- Pombo, A., Luz, C., Rodrigues, L. P., & Cordovil, R. (2020). COVID-19 Confinement In Portugal: Effects On The Household Routines Of Children Under 13 (Pre-print version 1). *Research Square*. 1–16. <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-45764/v1>
- Sandseter, E. B. H., Cordovil, R., Hagen, T. L., & Lopes, F. (2020). Barriers for Outdoor Play in Early Childhood Education and Care (ECEC) Institutions: Perception of Risk in Children's Play among European Parents and ECEC Practitioners. *Child Care in Practice*, 26(2), 111–129. <https://doi.org/10.1080/13575279.2019.1685461>